

Sumário

Abreviaturas e siglas usadas	13
Apresentação à 5ª edição	15
Prefácio da 1ª edição — <i>Antônio Álvares da Silva</i>	17
Introdução	19

PRIMEIRA PARTE ANATOMIA DO DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Capítulo 1 A PROTEÇÃO JURÍDICA

1.1. Objetivo	23
1.2. Finalidade do Direito	24
1.3. Norma jurídica	26
1.3.1. Gênese	26
1.3.2. Estrutura	27
1.3.3. Preceito	27
1.3.4. Sanção	29
1.4. Normas de ordem pública	31
1.5. Eficácia da norma jurídica	33
1.5.1. Realização espontânea do Direito	33
1.5.2. Realização coativa do Direito	34
1.5.3. Tutela jurisdicional	36
1.6. Princípio da proteção no Direito do Trabalho	38
1.7. Proteção Jurídica efetiva	41

Capítulo 2 EVOLUÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR

2.1. Período anterior ao século XIX	45
2.2. Da Revolução Industrial até a criação da OIT	48
2.3. Etapa da medicina do trabalho	51

2.4. Etapa da saúde ocupacional	53
2.5. Etapa da saúde do trabalhador	55
2.6. Etapa da qualidade de vida do trabalhador	60
2.7. Os movimentos do início do século XXI	65

Capítulo 3

CONVENÇÕES DA OIT SOBRE SAÚDE DO TRABALHADOR

3.1. Objetivos da OIT	70
3.2. Eficácia jurídica das convenções da OIT	71
3.3. Principais convenções sobre saúde do trabalhador	75
3.4. Análise da Convenção n. 148	77
3.5. Análise da Convenção n. 155	79
3.6. Análise da Convenção n. 161	83
3.7. Análise da Convenção n. 187	86

Capítulo 4

A SAÚDE DO TRABALHADOR NA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA

4.1. Objetivo	89
4.2. O avanço da dignificação do trabalho	90
4.3. Consolidação do conceito ampliado de saúde	92
4.4. Adaptação do trabalho ao homem	93
4.5. Direito à informação e participação dos trabalhadores	95
4.6. Enfoque global do ambiente de trabalho	97
4.7. Progressividade das normas de proteção	98
4.8. O propósito de eliminar os riscos na origem	99
4.9. Jornada reduzida para trabalhos insalubres	101
4.10. Proteção contra o trabalho monótono ou repetitivo	102
4.11. Responsabilidade pela aplicação das normas de saúde	103

Capítulo 5

O DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR NO BRASIL

5.1. Conceito de saúde e sua acepção jurídica	105
5.2. Política nacional de segurança e saúde no trabalho	111
5.3. A dignificação do trabalho	115
5.4. Proteção ao meio ambiente do trabalho	117
5.5. Redução dos riscos inerentes ao trabalho	120
5.6. Proteção das normas da ergonomia	125

5.7. Informação e treinamento dos trabalhadores	127
5.8. O equívoco da monetização do risco	129
5.9. Problemas atuais da saúde do trabalhador	133
5.9.1. Ausência de efetividade das normas protetoras	134
5.9.2. Dispersão das responsabilidades do Estado	134
5.9.3. Instabilidade no emprego	135
5.9.4. Deficiência de formação técnica	136
5.9.5. Falta de conscientização	137
5.9.6. Preferência pela neutralização do risco	138
5.9.7. Deficiente sistema de Inspeção do Trabalho	139
5.9.8. Tendência de flexibilização dos direitos trabalhistas	139
5.9.9. Crescimento do mercado informal de trabalho	140
5.9.10. Prevenção centrada no combate aos “atos inseguros”	141

SEGUNDA PARTE

FISIOLOGIA DO DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Capítulo 6

AGRESSÕES À SAÚDE DO TRABALHADOR

6.1. Agressões à saúde	147
6.2. Trabalho extraordinário	148
6.3. Trabalho noturno e em turnos	158
6.4. Trabalho insalubre	165
6.5. Trabalho perigoso	171
6.6. Trabalho penoso	173
6.7. Trabalho estressante	179
6.7.1. Dimensão do estresse ocupacional	179
6.7.2. Mudanças no mundo do trabalho	180
6.7.3. Conceito e abrangência do estresse	182
6.7.4. Agentes causadores do estresse	185
6.7.5. Consequências do estresse	190
6.8. Violência no local de trabalho	194
6.8.1. Poder diretivo e violência	194
6.8.2. Violência física	195
6.8.3. Assédio moral	196
6.8.4. Assédio sexual	206
6.9. Proteção jurídica à saúde mental	209

Capítulo 7

AGRESSÕES POR ACIDENTE DO TRABALHO

7.1. Acidente do trabalho	215
7.1.1. Importância do problema	215
7.1.2. Histórico da proteção jurídica nos acidentes do trabalho	221
7.1.3. Abrangência do conceito de acidente do trabalho	224
7.1.4. Comunicação e caracterização do acidente do trabalho	227
7.1.5. Direitos previdenciários do acidentado ou seus dependentes	228
7.2. Garantia de emprego do acidentado	231
7.2.1. Breve histórico e fundamentos da garantia	231
7.2.2. Constitucionalidade da norma instituidora da vantagem	232
7.2.3. Alcance da garantia de emprego	233
7.2.4. A questão prejudicial da caracterização do acidente	235
7.2.5. Estabilidade do acidentado após a reabilitação profissional	239
7.3. Responsabilidade civil do empregador	240
7.3.1. Noção sobre responsabilidade civil	240
7.3.2. Cumulação da indenização com os benefícios acidentários	241
7.3.3. Pressupostos da indenização: dano, nexa causal e culpa	248
7.3.4. Responsabilidade civil objetiva ou teoria do risco	257
7.3.5. Indenização por dano material	263
7.3.6. Indenização por dano moral	266
7.3.7. Indenização por dano estético	275
7.4. Ação de indenização decorrente do acidente do trabalho	277
7.4.1. Justiça competente	277
7.4.2. Prescrição	283
7.4.3. Responsáveis pela reparação	289
7.5. Ação regressiva da Previdência Social	294
7.6. Responsabilidade penal do empregador	297
7.7. Do risco ergonômico para o risco econômico	302

Capítulo 8

LESÕES POR ESFORÇOS REPETITIVOS — LER

8.1. Considerações introdutórias	303
8.2. Conceito	305
8.3. Histórico	308
8.4. Fatores de risco	310
8.5. Diagnóstico	313
8.6. Medidas preventivas	314

8.7. Regras especiais: digitadores, operadores de <i>checkout</i> e trabalho em teleatendimento/ <i>telemarketing</i>	317
8.8. Consequências jurídicas	323
8.8.1. Enquadramento das LER/DORT como doença do trabalho	323
8.8.2. Perícia judicial sobre as LER/DORT	324
8.8.3. Direitos do lesionado	327
8.8.4. Direitos do lesionado servidor público	330

Capítulo 9

PROTEÇÃO AO TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.1. Introdução	335
9.2. Discriminação dos deficientes	336
9.3. Princípio da igualdade e proteção jurídica ao deficiente	337
9.4. Combate à discriminação pela proteção legal	344
9.5. Abrangência do conceito de “pessoa deficiente”	348
9.6. Reabilitação profissional	352
9.7. Medidas judiciais de apoio ao deficiente	357

Capítulo 10

COMBATE ÀS AGRESSÕES À SAÚDE DO TRABALHADOR

10.1. Reações às agressões	361
10.2. Eliminação e/ou neutralização do agente agressor	361
10.3. Menos trabalho, mais descanso	364
10.4. Cálculo da insalubridade sobre o salário contratual	367
10.5. Adicionais cumulativos	371
10.6. Órgãos internos e programas preventivos obrigatórios	374
10.6.1. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes — CIPA	374
10.6.2. Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho — SESMT	377
10.6.3. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais — PPRA	382
10.6.4. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional — PCMSO	383
10.6.5. Virtudes e deficiências dos programas preventivos	387
10.7. Reações do empregado às agressões à saúde	390
10.7.1. Atitudes juridicamente possíveis diante das agressões	390
10.7.2. Interrupção da prestação de serviços	391
10.7.3. Rescisão indireta do contrato de trabalho	392
10.8. Ação preventiva e fiscalizadora dos sindicatos	395

Capítulo 11

INSPEÇÃO DO TRABALHO E PROTEÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

11.1. Direito Administrativo do Trabalho	398
11.2. Âmbito de atuação da Inspeção do Trabalho	399
11.3. A Inspeção como poder-dever do Estado	404
11.4. Multas administrativas	411
11.5. Interdição de estabelecimento e embargo de obras	412
11.6. Efetividade da Inspeção do Trabalho	414

Capítulo 12

PROTEÇÃO EM JUÍZO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

12.1. Considerações introdutórias	416
12.1.1. Tutela judicial da saúde do trabalhador	416
12.1.2. Instrumentalidade do processo	417
12.1.3. A insistente busca da efetividade	419
12.2. Tutelas de urgência	421
12.2.1. A luta contra o tempo	421
12.2.2. Tutela cautelar	423
12.2.3. Tutela antecipatória	423
12.2.4. Tutela inibitória	429
12.3. Tutela judicial trabalhista	432
12.4. Reclamação trabalhista	433
12.5. Reclamação trabalhista com pedido cominatório	434
12.5.1. Obrigações de fazer e o direito à saúde	434
12.5.2. A preferência pela tutela específica	435
12.5.3. O preceito cominatório	435
12.5.4. Imposição de multa diária (astreintes)	437
12.5.5. A cominação no processo trabalhista	438
12.5.6. Outras medidas judiciais de apoio à cominação	440
12.6. Dissídio coletivo	440
12.7. Ação civil pública na Justiça do Trabalho	442
Conclusões	453
Referências bibliográficas	461
Anexos	477
Anexo A: Convenção n. 148 da OIT	479
Anexo B: Convenção n. 155 da OIT	485
Anexo C: Convenção n. 161 da OIT	493
Anexo D: Convenção n. 187 da OIT	499
Índice alfabético-remissivo	505